

FÉ E RAZÃO EM GUILHERME DE OCKHAM¹

WILLIAM SARAIVA BORGES¹; PEDRO LEITE JUNIOR²

¹Universidade Federal de Pelotas – saraiva.borges@gmail.com (autor)

²Universidade Federal de Pelotas – pedroleite.pro@gmail.com (orientador)

1. INTRODUÇÃO

O debate acerca das relações entre fé e razão é uma problemática típica do período histórico que se convencionou chamar de Idade Média. O advento do Cristianismo e a concomitante recepção da Filosofia Grega (em especial as obras de Platão e Aristóteles) exigiram dos pensadores Patrísticos e Escolásticos a elaboração de diferentes sínteses entre fé e razão (isto é, entre Teologia e Filosofia). Cada autor, a seu modo, procurou estabelecer a sua própria síntese, reconduzindo à harmonia essas duas perspectivas epistêmicas divergentes. Embora esse esforço seja recorrente entre os Medievais, foi na Escolástica, e precipuamente no século XIII, que essa empreitada tomou maior fôlego. Esse é o contexto filosófico-teológico com que, no século seguinte, se deparou o franciscano inglês Guilherme de Ockham (1284?-1347?) e em resposta ao qual propôs uma solução ousada e, em grande medida, original.

2. METODOLOGIA

Para a realização da presente pesquisa se utilizou uma metodologia de caráter bibliográfico, isto é, a leitura, a análise e a interpretação dos textos do próprio Guilherme de Ockham (os originais latinos criticamente editados) e de alguns de seus comentadores.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Qual foi, então, a solução apresentada por Ockham para as relações entre Teologia e Filosofia, já que, segundo ele, a harmonia entre fé e razão, pretendida por seus predecessores, se mostrava demasiado frágil? Com as palavras do próprio Ockham, extraídas de sua *Suma Lógica*, se pode responder essa questão: “[...] os artigos de fé não são princípios de demonstração nem conclusões, nem são prováveis, porque a todos ou a muitos ou máxime aos sábios parecem falsos”². E nos *Quodlibeta Septem*, com precisão ainda maior:

Acaso é possível demonstrar os artigos de fé? [Parece] que sim, pois este artigo “Deus é trino e uno” é uma proposição necessária. Logo, ou é

¹ O presente trabalho, que foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, consiste numa versão resumida e revisada de um capítulo de livro publicado em 2019. Conferir: BORGES; LEITE JUNIOR, *A relação entre fé e razão em Guilherme de Ockham* (In: GELAIN; DE BONI, *Fé e Razão da Idade Média*).

² OCKHAM, *Summa Logicae*, parte III-1, cap. 1, p. 360 (tradução nossa).

conhecida por si, o que não se pode dizer, ou é dedutível de [algo] conhecido por si e, conseqüentemente, se pode demonstrá-la. Mas, ao contrário, o Filósofo [Aristóteles] não pôde, naturalmente, conhecer tais verdades. Logo, etc. A essa questão digo que [os artigos de fé] não podem ser demonstrados pelo ser humano em sua condição atual [*a viatore*], porque [não é possível] nem demonstração *a posteriori* [*demonstratione quia*] nem *a priori* [*propter quid*].³

Trata-se, portanto, de uma efetiva separação entre fé e razão, isto é, Teologia e Filosofia são disciplinas independentes, pois pertencem a domínios epistêmicos completamente distintos. Crer e entender são duas faculdades cognitivas díspares que não devem ser confundidas, pois cada uma delas se presta a uma finalidade que lhe é própria. Os historiadores italianos Giovanni Reale e Dario Antiseri resumem as concepções ockhamianas acerca desse ponto.

Mais do que ninguém, Ockham tinha consciência da fragilidade teórica da harmonia entre razão e fé, bem como do caráter subsidiário da Filosofia em relação à Teologia. As tentativas de Tomás, Boaventura e Escoto no sentido de mediar a relação entre razão e fé com elementos aristotélicos ou agostinianos, através da elaboração de complexas construções metafísicas e gnosiológicas, pareciam-lhe inúteis e danosas. O plano do saber racional, baseado na clareza e evidência lógica, e o plano da doutrina teológica, orientado pela moral e baseado na luminosa certeza da fé, são planos assimétricos. Não se trata apenas de distinção, mas de separação. [...] As verdades de fé não são evidentes por si mesmas, como os princípios da demonstração; não são demonstráveis, como as conclusões da própria demonstração; não são prováveis, porque parecem falsas para os que se servem da razão natural. O âmbito das verdades reveladas é radicalmente subtraído ao reino do conhecimento racional. A Filosofia não é serva da Teologia, que não é mais considerada ciência, mas sim um complexo de proposições mantidas em vinculação não pela coerência racional, e sim pela força de coesão da fé.⁴

A pergunta que parece permanecer é a seguinte: por que, afinal de contas, Ockham assume tal postura quanto às relações entre fé e razão? A resposta deve ser buscada em seu sistema filosófico, isto é, em alguns princípios lógicos, epistemológicos e metodológicos por ele postulados em sua *Opera Philosophica et Theologica*, em consequência dos quais outro não poderia ser o corolário.

De fato, três parecem ser os princípios ockhamianos que acarretariam essa dissociação entre fé e razão. O primeiro, tomado da lógica, é seu rigorosíssimo conceito de demonstração, sob o qual as especulações concernentes aos artigos de fé não são capazes de resistir⁵. O segundo, um pressuposto epistemológico, é sua noção de conhecimento intuitivo (sensível, empírico, imediato), impossível de ser obtido no que se refere às realidades suprassensíveis, como aquelas sobre as

³ OCKHAM, *Quodlibeta Septem*, quodlibet II, questão 3, p. 117 (tradução nossa).

⁴ REALE; ANTISERI, *História da Filosofia*, p. 299.

⁵ “Para Ockham, é filosoficamente provante ou evidente aquela demonstração que não deixa ao adversário nenhuma possibilidade de sustentar a tese oposta, sob pena de contradição. No vocabulário ockhamista, *demonstrare*, *probare evidenter* e *probare sufficienter* possuem sempre o significado de uma demonstração rigorosa, que provoca um assentimento incondicionado. Ora, para as verdades reveladas não existem demonstrações de tal força, visto que são aceitas por uns filósofos e não são aceitas por outros. A respeito delas podem-se organizar tão somente razões persuasivas, *persuasiones*, as quais, sem dúvida, gozam de uma boa margem de validade, pois também a certeza da adesão serve por vezes para produzir um assentimento semelhante àquele da evidência, mas elas não podem ser definidas como demonstrações verdadeiras e próprias” (GHISALBERTI, *Guilherme de Ockham*, p. 136).

quais versam os artigos de fé⁶. O terceiro, um axioma metodológico, é o Princípio da Parcimônia ou da Economia, a célebre *Navalha* de Ockham, segundo a qual “inutilmente se faz por mais o que se pode fazer por menos”⁷.

Esse último parece ser o mais produtivo dos três. De fato, como afirma Alessandro Ghisalberti, em seu conhecido livro intitulado *Guilherme de Ockham*, “se algumas verdades reveladas pudessem ser alcançadas racionalmente, então a Revelação delas teria sido perfeitamente inútil. [...] Se houve a Revelação de certas verdades da parte de Deus, isto significa que o homem por si só não poderia alcançá-las”.⁸ Nesse sentido, explica Carlos Eduardo de Oliveira: “nem tudo o que é revelado pela fé, ainda que sempre seja verdadeiro, pode ter também uma explicação racional que o justifique”⁹. E continua:

[...] para Ockham, aquilo que é revelado jamais seria passível de ser conhecido unicamente por meio da razão, afinal, segundo o próprio Ockham, não há por que se fazer por mais aquilo que pode ser feito por menos, ou seja, Deus não se daria ao trabalho de revelar ao homem aquilo que o homem poderia conhecer por si mesmo.¹⁰

Com efeito, o *Venerabilis Inceptor* aplica sua *Navalha* à Teologia: os artigos de fé, porque revelados, não necessitam ser objetos de especulação racional (filosófica). Se a razão, através da Filosofia, os pudesse alcançar, Deus teria agido inutilmente ao revelá-los.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, frente às propostas daqueles que o precederam, os quais buscaram compatibilizar fé (Teologia) e razão (Filosofia), Ockham se esforça em desenvolver uma *Philosophia* que não seja mais tomada como *Theologiae ancilla* (serva da Teologia) e, assim, apresenta uma nova concepção acerca da relação entre Teologia e Filosofia: embora ambas possam se ocupar com os mesmos assuntos (Deus e sua existência, por exemplo), cada uma o faz por meio de um método que lhe é próprio, respectivamente, a crença na Revelação e a demonstração racional. Não é preciso acreditar naquilo que pode ser demonstrado racionalmente e no que tange ao indemonstrável resta apenas a adesão mediante a fé. Definitivamente, como concluem os especialistas Reale e Antiseri¹¹, para o

⁶ “De fato, um conhecimento pode ser abstrato, ou intuitivo; se for de ordem abstrata, terá por objeto unicamente as relações de ideias e, mesmo quando estabelece relações necessárias entre as ideias, não garante de modo algum que as coisas reais se conformem à ordem das ideias. Se quisermos uma proposição que nos garanta ao mesmo tempo sua verdade e a realidade que ela afirma, precisaremos de uma evidência imediata, não mais simplesmente abstrata, mas intuitiva. [...] O conhecimento intuitivo é o único que tem por objeto as existências e que nos permite alcançar os fatos. [...] Daí resulta que o conhecimento sensível é o único certo quando se trata de alcançar existências” (GILSON, *A Filosofia na Idade Média*, p. 797).

⁷ OCKHAM, *Expositio in Libros Physicorum Aristotelis*, livro I, cap. 13, §4, p. 133. Sobre o papel metodológico desse princípio, conferir: VIER, *A “Navalha de Ockham”* e ainda BORGES; STREFLING, *A Navalha de Ockham: função lógica e critérios de aplicação*.

⁸ GHISALBERTI, *Guilherme de Ockham*, p. 134.

⁹ OLIVEIRA, *Entre a Filosofia e a Teologia*, p. 134.

¹⁰ OLIVEIRA, *Entre a Filosofia e a Teologia*, p. 135.

¹¹ “Juntamente com a construção metafísica da escolástica, Ockham obviamente derruba também toda uma série de pretensões da razão. Para ele, a verdadeira função do teólogo não é a de demonstrar pela razão as verdades aceitas por fé, mas sim, da altura daquelas verdades, demonstrar a insuficiência da razão. Desse modo, Ockham pensa instituir um conceito de razão

Venerabilis Inceptor, não há mais *credo ut intelligam* (creio para que entenda), nem *intelligo ut credam* (entendo para que creia), mas sim, *credo et intelligo* (creio e entendo), isto é, em suma, uma contundente dissociação entre fé e razão.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, William Saraiva; LEITE JUNIOR, Pedro. *A relação entre fé e razão em Guilherme de Ockham*. In: GELAIN, Itamar Luís; DE BONI, Luis Alberto (Orgs.). **Fé e Razão na Idade Média**. Porto Alegre: Editora Fi, 2019, pp. 187-206. Disponível em: <https://www.editorafi.org/562medieval>

BORGES, William Saraiva; STREFLING, Sérgio Ricardo. *A Navalha de Ockham: função lógica e critérios de aplicação*. In: **Anais do XXII Encontro de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas**. Pelotas: UFPel, 2020. Disponível em: http://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2019/CH_01068.pdf

GHISALBERTI, Alessandro. **Guilherme de Ockham**. Tradução de Luis Alberto de Boni. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

GILSON, Etienne. **A Filosofia da Idade Média**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

OCKHAM, Guillelmus de. *Expositio in Libros Physicorum Aristotelis*. Ediderunt Vladimirus Richter et Gerhardus Leibold. In: **Opera Philosophica**. Volumen IV. New York: St. Bonaventure University, 1985.

OCKHAM, Guillelmus de. *Quodlibeta Septem*. Edidit Josephus Wey. In: **Opera Theologica**. Volumen IX. New York: St. Bonaventure University, 1980.

OCKHAM, Guillelmus de. *Summa Logicae*. Ediderunt Philotheus Boehner, Gedeon Gál et Stephanus Brown. In: **Opera Philosophica**. Volumen I. New York: St. Bonaventure University, 1974.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo de. **Entre a Filosofia e a Teologia: os futuros contingentes e a predestinação divina segundo Guilherme de Ockham**. São Paulo: Paulus, 2014.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**. Volume 2: *Patrística e Escolástica*. Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2003.

VIER, Raimundo. *A “Navalha de Ockham”*. In: GARCIA, Antônio (Org.). **Estudos de Filosofia Medieval**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: USF, 1997, pp. 121-134.

mais rigoroso, reduzindo-a aos seus legítimos limites, ao mesmo tempo em que salvaguarda a especificidade e a alteridade (em relação à razão) das verdades de fé. Os ditames da fé estão presentes como puros ‘dados’ da Revelação na sua beleza original, sem os ouropéis da razão. Sua aceitação deve-se exclusivamente ao dom da fé. A fé é o fundamento da vida religiosa, assim como o é da verdade cristã. Enquanto o esforço da escolástica moveu-se na direção da conciliação entre fé e razão, com mediações e construções de diversas dimensões, o esforço de Ockham se orienta no sentido de derrubar tais mediações, apresentando como separados, mas com todo o seu peso, o universo da natureza e o universo da fé. Não mais *intelligo ut credam*, nem mais *credo ut intelligam*, e sim *credo et intelligo*” (REALE; ANTISERI, *História da Filosofia*, pp. 303-304).